

## Escola e família: uma parceria possível e necessária

### Lígia Ebner Melchiori

Doutora em Psicologia. Professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru.

### Olga Piazzentin Rolim Rodrigues

Livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento. Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru.

### Ana Claudia Bortolozzi Maia

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru.

Neste texto, pretendemos introduzir algumas perguntas e temas para reflexão. Qual a melhor sequência das palavras: relação família-escola ou escola-família? A quem deve caber a iniciativa de iniciar e fortalecer essa parceria e por quê? Quem são as famílias de nossos alunos? Como lidar com essa diversidade? E por que é tão enfatizada a importância dessa relação? Como é a família da criança/adolescente com deficiência? Como estabelecer parcerias eficientes com as famílias dos estudantes? Para tentar responder essas perguntas junto com vocês, vamos, primeiramente, falar sobre o que é família.

## 1. Conceito de família

Se perguntarmos para uma pessoa, seja criança, jovem, adulto ou idoso, todos saberão responder “o que é uma família”, bem como descrever “a que família pertence”. O sentido de estar vinculado a um grupo familiar faz bem para todos, devido a sua importância no desenvolvimento humano.

O estudo sobre a dinâmica familiar e seu valor no contexto social tem avançado consideravelmente. A Psicologia da Família, embora seja uma área recente, é um tema de grande relevância científica, sobre o qual, muitos estudiosos têm se debruçado. No caso da equipe escolar, compreender melhor a dinâmica das relações familiares favorece a parceria com a família, em prol dos estudantes envolvidos.

Família: a nossa, a sua, a de cada estudante... As características, estruturas e dinâmicas de cada uma delas são diferentes, e, ao mesmo tempo, muito parecidas!

O que se tem estudado sobre família? Quais as contribuições que temos a partir desses estudos? Vamos pensar sobre nossas famílias e as daqueles inúmeros estudantes que passam por você no cotidiano escolar.

Esperamos que, ao refletir sobre essa temática, você possa ter um olhar diferenciado em relação às famílias de todos os seus estudantes.

O que é uma família para você? Já pensou nisso? Quem você incluiria na sua família hoje e por quê? Sempre foi assim? A sua noção de família quando você era criança é a mesma de hoje? Se mudou, o que determinou essa mudança?

Quando falamos em família, é comum pensarmos em uma estrutura com pai, mãe e filhos, e no papel que desempenham: o pai trabalhando fora e provendo as necessidades da família, a mãe cuidando da casa ou trabalhando fora, mas cumprindo seu papel dentro do lar, cuidando dos filhos que estão sempre sorridentes e, também, obedientes. Enfim, uma família feliz e bem constituída.

Martins e Szymanski (2004) descobriram, por meio de uma pesquisa, que até mesmo crianças abrigadas, que nunca viveram em uma situação familiar como a descrita, representam as famílias dessa forma tradicional, em brincadeiras livres, no faz-de-conta, nos jogos, em desenhos e em outras atividades desenvolvidas. No senso comum, essa é a “família margarina”, porque a imagem que temos da família ideal e feliz é semelhante àquela do comercial de uma margarina, que reproduz visivelmente esse padrão, acrescido de corpos brancos, esteticamente esbeltos, sorrisos e afetos, esbanjando “felicidade” e ausência de conflitos, como mostra a Figura 1.

Figura 1



A estrutura familiar em que há um pai, mãe e filhos ainda é um modelo bastante encontrado nas famílias brasileiras e ocidentais. No entanto, diversas outras formas têm surgido na sociedade moderna. Segundo Szymanski (2002), família pode ser definida como uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo com todos os membros que a compõem. Observa-se que a consanguinidade não é mais fator preponderante para a formação da família. É um grupo social caracterizado pela intimidade e pelas relações intergeracionais (PETZOLD, 1996). E, independente da sua configuração, é necessária para a sobrevivência humana (GEORGAS, 2006).

Szymanski (2002) destaca nove principais tipos de composição familiar: (a) família nuclear com filhos biológicos; (b) família extensa, incluindo três ou quatro gerações; (c) família adotiva temporária; (d) família adotiva que pode ser birracial ou multicultural; (e) casal sem filhos; (f) família monoparental, chefiada por pai ou mãe; (g) casal homossexual com ou sem filhos; (h) família reconstituída depois do divórcio; (i) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Figuras 2, 3, 4 e 5.



Petzold (1996) relaciona quatro grupos de fatores que influenciam a caracterização da família, levantando catorze variáveis, como por exemplo, se os casais são legalmente casados ou não, se têm moradias em comum ou separadas, se são economicamente dependentes ou independentes, se compartilham ou não a mesma cultura, se têm filhos naturais ou adotivos, se a relação estabelecida é hetero ou homossexual, entre outros.

Se combinarmos as catorze variáveis com todas as possibilidades de arranjos descritas por esse autor (14X14), chegamos a cento e noventa e seis possíveis arranjos diferentes de família, o que evidencia a multiplicidade de possibilidades na constituição familiar.

A constatação dessa diversidade nos prepara para o que pode existir no cotidiano escolar em termos de organização familiar. Essa diversidade também está presente nos livros (didáticos ou não), em notícias veiculadas pela mídia, nas narrativas dos estudantes que, de alguma forma, chegam ao contexto escolar. Todavia, o que importa é o papel da família no desenvolvimento dos seus membros. É sobre isso que vamos tratar a seguir.

## 2. O papel da família e os estágios no curso da vida familiar

Bowlby (1990), autor da Teoria do Apego, destaca que o serviço que os pais ou outros cuidadores significativos prestam aos seus filhos pequenos e adolescentes no seu desenvolvimento é considerado algo tão natural, que sua grandiosidade é esquecida.

O papel da família, de modo geral, é o de fornecer apoio, segurança e afetividade. É claro que todas as famílias enfrentam problemas e dificuldades, mas, apesar disso, é importante que cada um de seus membros saiba que tem com quem contar e a quem recorrer, em caso de necessidade. Saber que existe uma ou mais pessoas que se preocupam com o nosso bem estar é saudável. A família deve ser fonte de referência e apoio de todos os seus membros, sejam eles bebês, pré-escolares, crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

É por isso que, nas diferentes etapas da vida que cada um passa, é possível identificar também as etapas de desenvolvimento da família, com papéis característicos de cada uma delas. Carter e McGoldrick (2001) definem seis estágios de desenvolvimento da família e é com base nesses estágios que descreveremos os papéis desempenhados pelos seus membros em quatro deles. Enquanto ciclo, é importante entender que foi necessário começar por um deles. Optamos começar pela formação do casal, uma vez que o ciclo de uma família oportuniza o desenvolvimento do ciclo de outra família, e assim por diante.

Quando duas pessoas se unem, gerando uma nova família, as tarefas deles, em linhas bem gerais são: (a) formar um novo sistema marital, independentemente de suas opções; e, (b) realinhar os relacionamentos com a família de origem e os amigos para incluir o novo cônjuge. Já as tarefas do genitor/genitores de ambos os lados, são: (a) aceitar e apoiar a escolha do(a) filho(a) – ou pelo menos não impedir ou não colocar obstáculos; e, (b) facilitar a entrada do novo membro na família. Se essas tarefas forem vencidas, a próxima etapa ficará mais fácil, porque não haverá uma somatória de problemas não resolvidos às novas necessidades que surgirão.

Em seguida, a família se vê às voltas com a presença de filhos pequenos, gerados ou adotados, e os seus membros, os adultos significativos, tem as tarefas de: (a) ajustamento, com disponibilidade para aceitar o(s) filho(s); (b) unir-se nas diferentes tarefas relacionadas a eles: ensinar, educar, passar valores, prover financeiramente, coordenar as tarefas diárias, como alimentar,



banhar, fazer dormir, vestir, trocar, evitar que se machuquem, acompanhar o desenvolvimento na escola, entre outras; e, (c) realinhar os relacionamentos com as famílias de origem para distinguir os papéis de pais e de avós.

Relacionadas à nova família, os avós passam a ter o papel de apoiar filhos, noras, genros, netos e orientá-los, se necessário. À medida que as tarefas são vencidas será menos problemático enfrentar o novo estágio. Se o novo sistema conjugal é formado após a gravidez, as tarefas anteriores serão somadas às próximas, exigindo um esforço maior de todos para conseguir vencê-las.

No próximo estágio as famílias estão envolvidas com seus filhos adolescentes. Nessa fase, é necessário ampliar a flexibilidade das fronteiras familiares, tendo em vista a independência que eles precisam, gradativamente, adquirir. As tarefas típicas dessa fase são: (a) modificar o relacionamento genitores/cuidadores e o jovem adolescente, para permitir que ele comece a se diferenciar da família de origem, movimentando-se dentro e fora do sistema familiar; e, (b) ainda unidos nas diferentes tarefas relacionadas a eles: ensinar, educar, passar valores, prover financeiramente, torná-los responsáveis com as tarefas diárias como cuidados com o corpo, a privacidade, sensibilizá-los para a identificação de situações perigosas ou que prejudiquem sua saúde física e mental, acompanhar o desenvolvimento na escola, auxiliá-los a fazer escolhas conscientes em diferentes aspectos da vida, afetiva, profissional, escolar, entre outras.

Mais adiante, a família assiste aos filhos saindo de casa. Este é o estágio em que os filhos se preparam para viver longe de casa e seguirem seus próprios caminhos. Para a família de origem, é chamada de "fase do ninho vazio". O objetivo geral é a aceitação de várias entradas e saídas no sistema familiar e, para isso, várias tarefas são requeridas: (a) desenvolver um relacionamento de adulto para adulto com os filhos crescidos; e, (b) realinhar os relacionamentos para incluir novos membros e netos.

Os estágios descritos podem ser observados em qualquer estrutura de família, porém nem todas as tarefas são cumpridas a contento em todas elas, por inúmeros motivos e/ou limitações. Situações complicadas podem surgir, como: divórcio e recasamento; gravidez indesejada, como por exemplo, ocorrendo na adolescência; morte prematura de um dos membros da família; doença crônica, alcoolismo ou uso abusivo de drogas ilícitas de algum dos membros; perda de emprego de provedores principais, que podem resultar em crise financeira da família e, ainda, a ocorrência de desastres naturais como enchentes, incêndios entre outros.

A sequência descrita anteriormente pode sofrer várias alterações e exigir novas tarefas. Hines (2001), em um extenso estudo sobre famílias carentes, em situação de vulnerabilidade, destaca diferenças no seu ciclo de vida familiar. As dificuldades são muito maiores e as tarefas, embora iguais, vêm associadas a problemas de diferentes ordens.

A família, ressalta o autor, geralmente sem condição de manter os filhos estudando, precisa que eles coloquem dinheiro em casa. Para o adolescente, há a necessidade de se estabelecer profissionalmente para auxiliar a família e, ainda, prover seus gastos. No entanto, suas possibilidades são limitadas, devido à inacabada trajetória escolar que, provavelmente, não deu conta de

desenvolver as habilidades necessárias para um trabalho mais qualificado. Consequentemente, poucos conseguem sair do ciclo de pobreza.

Segundo o autor, as práticas sexuais costumam ser rapidamente somadas à experiência da maternidade/paternidade, com todos os seus desdobramentos. Uma escola que prepare adequadamente as crianças e jovens para os seus papéis, poderá, também, ajudar a família a cumprir, a contento, suas tarefas.

É importante destacar que, embora os estudos destaquem as dificuldades que ocorrem quando as famílias têm carência econômica, muitas também ocorrem em famílias que têm condições econômicas vantajosas, complicando a superação das tarefas em cada etapa. Outro acontecimento importante que pode alterar os papéis da família é a presença de uma pessoa com deficiência. Trataremos, agora, especificamente desse tema.

### 3. A família da pessoa com deficiência <sup>Nota1</sup>

Já descrevemos algumas etapas e tarefas do desenvolvimento familiar e dificuldades que as famílias vivenciam. A família da pessoa com deficiência passa pelas mesmas etapas como qualquer outra, acrescidas de aspectos relacionados às suas necessidades, envolvendo a atenção e assistência de profissionais especializados.

Se nós temos uma concepção idealizada de família, temos também dos filhos, isto é, desejamos sempre gerar filhos “perfeitos” e apresentamos enormes expectativas para esse filho, nem sempre assumidamente explícitas: sexo do bebê, cor dos olhos, tipo de cabelo, como ele vai ser em relação a temperamento, orientação sexual, padrões de estética, funcionalidade e integridade corporal. Quando a criança não é exatamente como planejamos, crises podem se instalar em membros da família, independentemente da sua configuração.

Uma das tarefas da família, como já dissemos, é a de se ajustar, a fim de criar espaço para a aceitação dos filhos. Quando é detectada uma deficiência na criança, ainda no período pré-natal, no parto ou posteriormente, fica mais difícil para os pais ou para a mãe e quem acompanha esse nascimento, organizar-se e aceitar o novo filho.

O nascimento de um filho com deficiência altera metas e objetivos da família, além de exigir uma reformulação dos papéis de seus membros na dinâmica familiar. O teor e a intensidade dessas alterações vão depender de alguns fatores. Um deles é o momento em que os cuidadores (genitores ou outros adultos significativos) reconhecem o estado e o grau da deficiência do filho. Quanto mais cedo a família consegue identificar a deficiência, maior é a possibilidade de organizar-se para dar conta das necessidades surgidas.

Porém, se o diagnóstico demora a ser realizado ou o quadro é pouco claro, a família tende a se organizar em torno de um bebê aparentemente típico, geralmente sem atender às necessidades específicas do mesmo, elaborando uma visão equivocada sobre ele. Outro aspecto a ser considerado é o grau de organização e ajustamento familiar anterior à chegada da criança

com deficiência. É importante destacar que o nascimento de um bebê nessas condições, por si só, não desestrutura a família. Quando isso ocorre, provavelmente, a crise já existia e o novo fato apressa o desenlace. E, um terceiro aspecto diz respeito à concepção de deficiência existente em cada um dos membros da família. Se baseada na “menos valia” e na ideia da limitação, tais concepções irão influenciar no tipo de atenção que será dispensada ao filho.

Para um trabalho eficiente com a família, é importante analisar a influência da presença da criança ou adolescente com deficiência sobre a dinâmica familiar. Essa dinâmica pode variar: tudo gira em torno do filho, com pais e irmãos se desdobrando para atender suas necessidades ou, ao contrário, o que ocorre é que a maioria dos familiares se comporta como se aquele membro não existisse, ficando os cuidados destinados a ele a cargo de uma só pessoa, em geral, a mãe.

A influência da família sobre a criança ou adolescente pode ser observada a partir das oportunidades de desenvolvimento oferecidas a eles. Uma família superprotetora, geralmente, incentiva pouco a autonomia e a independência dos filhos, fazendo tudo por eles. Se a família aposta nas limitações da criança ou adolescente, tende a perceber mais suas falhas e, conseqüentemente, o filho vai desenvolver uma autoestima negativa e apresentar baixo nível de aspiração.

A aceitação de uma criança com deficiência implica em um processo subjetivo que exige revisão de valores e objetivos. O diagnóstico de qualquer deficiência poderá levar a família a crises.

Omote (1981) descreve as fases dessas crises pelas quais passam as famílias de crianças com deficiência. A primeira é a *fase da rotulagem ou da tragédia*, quando os cuidadores se veem frente a uma situação irreversível que foge ao seu controle, mas lhes pertence. Na fase seguinte, a da *normalização*, a família tenta controlar a situação sem alterar as normas e os costumes familiares. É como se, sem ignorar as necessidades de tratamento especializado do bebê/criança, tentassem conviver naturalmente com a nova realidade.

No entanto, a família pode acabar percebendo que a presença dessa criança, com suas múltiplas demandas de trabalho especializado, requer uma organização própria, diferente da experimentada com os outros filhos, se houver. Esse movimento impulsiona para a nova fase, a de *rearranjo de papéis*, na qual a família revisa o que foi feito e analisa as novas possibilidades de forma a lidar melhor com a situação. É nessa fase que a mãe, frequentemente, é escolhida como a principal responsável pelos cuidados com o filho, levando-o a todos os serviços especializados possíveis e disponíveis na comunidade. Mesmo que a mãe não pretenda assumir essa responsabilidade, há uma expectativa, inclusive da sociedade, de que ela assuma o papel de cuidadora principal (OMOTE, 1981).

Um desdobramento disso pode ser observado na próxima fase, a da *polarização*, em que a família tem de administrar o fracasso das atitudes tomadas. É comum, na adolescência do filho com deficiência, os pais decidirem colocá-lo no contra turno da escola em outros serviços, como uma forma de poder envolver-se em outros aspectos da vida que foram deixados de lado, como a vida profissional da mãe que tenta retomar suas atividades (OMOTE, 1981).

Pode-se dizer que os membros da família enfrentam o chamado “luto” diante da “perda da criança perfeita idealizada” que, tal como descreve Kübler-Ross (1991), configura um processo

que envolve cinco estágios: “negação e isolamento”, “raiva”, “barganha”, “depressão” e “aceitação”. Nem sempre todos os membros da família vivem os mesmos estágios no mesmo momento e isso pode gerar possíveis conflitos entre eles, principalmente, entre os progenitores.

Quando a família assume a criança com deficiência, pode ser observada uma maior integração entre os membros. Reações familiares mais positivas ocorrem quando há um ajustamento à situação e a família encara o problema de forma realista. A negação da deficiência, por outro lado, leva à autopiedade e lamentação, com sentimentos ambivalentes em relação ao filho, resultando em culpa e vergonha. Nessas famílias, as crises iniciais não são vencidas.

A família pode atenuar os efeitos da deficiência se oferecer um ambiente estimulador. Os cuidadores devem ser responsivos e atentos às necessidades do filho com deficiência, mas, para isso, a família precisa de apoio e recursos e, entre eles, os que a comunidade oferece.

As crianças com deficiências precisam de famílias que promovam suas competências, identifiquem seus avanços e reconheçam seu ritmo de desenvolvimento. Para promover o desenvolvimento da criança ou adolescente, a família deve oferecer: atividades organizadas, de complexidade crescente e por períodos gradativamente mais longos. E, para isso, precisam de apoio e intervenções eficientes desde o nascimento do bebê.

Ainda que incipiente no Brasil, os modelos de atendimento às famílias podem ocorrer de várias maneiras. Se centrado somente nas orientações dos profissionais, a família é vista (e acaba também se vendo) como incapaz em gerenciar seus problemas. Se centrado na família, favorece que suas necessidades sejam identificadas, assim como, seus pontos fortes e fracos, possibilitando a participação ativa dos pais na tomada de decisões, responsabilizando-se com os profissionais, pelas mudanças (DESSEN; CERQUEIRA-SILVA, 2008).

É importante ressaltar que os serviços de aconselhamento das famílias com filhos com deficiência podem ser muito úteis. As orientações ajudam a família a refletir sobre as possibilidades de serviços, os ganhos das diferentes adesões e, principalmente, na organização familiar, preservando os direitos de cada um dos seus membros e propiciando que todos auxiliem no cuidado da pessoa com deficiência.

As dificuldades, quando enfrentadas e compartilhadas, tornam-se mais leves e, muitas vezes, fonte de união, de fortalecimento de vínculos e de alegria. Por isso, é importante compartilhar dificuldades e facilidades ao lidar com uma situação como essa: o desenvolvimento de um filho com deficiência, seja ela congênita ou adquirida.

São muitas as famílias que conseguem se organizar a contento, promovendo o desenvolvimento integral de todos os seus membros, tornando a convivência familiar e social prazerosa e fazendo do desafio um aprendizado constante para todos.

Respeitar também a criança com deficiência, saber ouvir e compreender a ansiedade dos familiares, com a participação do estudante nas atividades escolares, garantindo uma parceria importante entre escola e família pode gerar benefícios para o desenvolvimento dos estudantes da Educação Especial. No tópico a seguir trataremos da parceria entre a escola e a família.



#### 4. Estabelecendo parceria eficiente com as famílias dos nossos estudantes <sup>Nota 2</sup>

Nos tópicos anteriores observamos, ainda que, talvez com mais preocupações e tarefas, a família que tem um filho com deficiência é como todas as outras, com dinâmica própria, crises, ajustamentos e acertos. De acordo com o que temos visto nos textos sobre desenvolvimento, a criança com deficiência, como as demais, precisa ser conhecida e atendida em suas necessidades de forma a desenvolver-se adequadamente.

Porém, sabemos que a deficiência é uma condição que exige atenção específica, o que aumenta a necessidade da relação escola-família. A expectativa de ter na sala de aula um estudante com deficiência pode gerar no professor os mais diversos sentimentos: ansiedade, insegurança, medo, mas também motivação pelo desafio que vem pela frente. Em qualquer uma dessas situações, a relação com a família, se aberta, poderá auxiliar no entendimento das competências do estudante, facilitando o relacionamento com ela e, conseqüentemente, diminuindo os estados emocionais iniciais do professor.

Arantes e Namó (2012, p. 135) alertam que “a escola também vivencia um luto diante da perda do aluno idealizado” ao receber uma criança ou adolescente com deficiência e que o professor precisa superar sentimentos como negação e raiva, entre outros, para poder oferecer a todos os alunos um ambiente que estimule a aprendizagem.

Documentos oficiais têm mostrado a importância da participação dos familiares para o ensino inclusivo. Mas por que essa participação ainda é incipiente? Na verdade, parece estar atrelada à pouca convivência que os professores, em geral, têm com as famílias, tanto dos estudantes com deficiência, quanto dos demais.

Muitas são as leis que garantem o acesso desta população à rede comum de ensino. Cada vez mais os familiares estão cientes e advertidos sobre o direito de reivindicar um lugar para seus filhos nas escolas do bairro e da comunidade. Porém, ainda que os documentos garantam esse direito, o negativismo, o pessimismo e a resistência à mudança ou, ainda, a dificuldade de aceitação dessa nova realidade, têm impedido o cumprimento dos direitos desse estudante.

Isso é sintomático em uma sociedade competitiva, que idolatra os vencedores e rejeita os perdedores. A deficiência é vista não como neutra, mas como uma qualidade negativa, definidora de condição incapacitante.

A saga da família que tem filho com deficiência não começa na escola. Muitas vezes se inicia por ocasião do seu nascimento ou do diagnóstico, na incansável busca por tratamentos e atendimentos especializados, nem sempre acessíveis. Cada um tem uma história diferente: uns de sucesso, outros nem tanto, além de carregarem sentimentos de culpa pela condição da criança. Essas crenças podem determinar comportamentos de fuga da realidade ou de relutância ao compartilhar informações sobre seu filho.

Um desafio para o professor é o acolhimento a esses familiares, desenvolvendo um clima de segurança e compromisso para com os estudantes. É preciso fornecer-lhes informações sobre seus filhos, relatando suas competências e dificuldades, sem reforçar os estereótipos negativos que permeiam a visão sobre a deficiência.

É importante lembrar que não há critérios para a aceitação de alunos com deficiência no sistema escolar. A legislação prevê a matrícula inicialmente na escola regular. Cada escola, depois da avaliação pedagógica inicial deve, em parceria com a família, buscar na comunidade outros serviços que auxiliarão o aluno no seu desenvolvimento.

Uma pessoa com atraso no desenvolvimento devido às sequelas de encefalite, por exemplo, se privada da possibilidade de ler e escrever, pode se apropriar verbalmente dos conhecimentos veiculados na escola utilizando a tecnologia disponível para computador, por exemplo. Não aceitá-la *a priori*, é privá-la do convívio com seus pares e ao acesso ao conhecimento acumulado pela sua cultura. É um desafio que o sistema escolar deve encarar.

Cada escola deve definir quais estratégias usará para este processo. É essencial um diálogo com a família para planejar a rede de apoio para aqueles estudantes que necessitam de apoio para as habilidades de autocuidado, locomoção e fala. Conhecendo cada caso, é possível planejar e estabelecer estratégias de apoio para melhor atender suas necessidades.

Todas as ações e decisões escolares devem ser compartilhadas com a família. O contato com eles já pode ocorrer de forma amistosa por ocasião da matrícula, dialogando com pai, mãe ou outros responsáveis, juntos e/ou separados, dependendo do teor da conversa e da constituição familiar.

Nesse sentido, é importante saber o que cada um pensa sobre a situação, a criança, quais são as expectativas em relação à escola etc. Por exemplo, o fato de os pais ou os responsáveis morarem juntos, legalmente ou não, não significa que eles apresentam crenças semelhantes sobre o filho ou sobre a deficiência. A conversa deve ser franca, acolhedora e aberta. Não cabem aqui julgamentos. É possível identificar, entre eles, qual dos familiares será o melhor mediador com a escola.

Além da coleta de informações sobre o estudante, essa primeira conversa deve ser o momento de comunicar aos pais como funciona a escola, forma de contato, como seriam conduzidas as primeiras avaliações que antecederiam ao planejamento para o ano letivo, datas aproximadas para a reunião de apresentação dos resultados etc. Se já estiver definido quem será o professor responsável, ele deverá participar, ou até mesmo conduzir a interação com os pais desde o primeiro momento. Um canal de comunicação aberto tende a diminuir a ansiedade de todos: família e professor. Se a direção da escola faz parte da parceria, a segurança do professor tende a aumentar e, com ela, a possibilidade do desenvolvimento de um bom trabalho.

Antes de efetuar um planejamento para o ano, o professor deverá determinar um tempo de observação. Se for preciso, elaborar avaliações específicas que o auxiliarão a identificar as potencialidades e necessidades do estudante com deficiência.

Com os dados obtidos será possível, tendo em vista o planejamento para a série, identificar quais serão os objetivos para o ano e apresentá-los aos familiares, discutindo com eles as parce-

rias nas diferentes atividades. A tarefa de casa, por exemplo, deve servir como reforço para fixar o aprendido em sala de aula. Programar, também, reuniões periódicas com os familiares para discutir os progressos observados em relação ao desenvolvimento do estudante e replanejar as ações, se for o caso.

Uma questão que permeia a inclusão é como tratar os familiares dos estudantes com deficiências em relação aos familiares dos demais estudantes. As reuniões à parte ajudariam no processo? Eles participariam das reuniões ordinárias com os pais e/ou responsáveis das outras crianças? As reuniões específicas com os familiares ajudam muito nesse processo, mas eles também devem participar das reuniões gerais, junto com todos. Explicar que isso é uma coisa boa para todos, ressaltando os ganhos da convivência com crianças que necessitam de mais apoio e sensibilizando-os.

Tal atitude deve ser tomada logo na primeira reunião, para eliminar a possibilidade de interpretações dúbias a respeito da presença da criança diferente na mesma sala, aos pais que não conhecem os direitos das pessoas com deficiência. Podemos aprender sempre uns com os outros. E essa é uma oportunidade importante para diminuir resistências por conta de desinformação e preconceito.

O sucesso acadêmico de cada estudante, independentemente de sua condição, depende da parceria forte entre a família e a escola: juntos, com o mesmo objetivo, isso porque os estudos têm demonstrado que existe uma forte correlação positiva entre o sucesso acadêmico, a frequência nas aulas e o comportamento adequado dos alunos com o envolvimento qualitativo das famílias na escola (CANÁRIO, 2009; SILVA, 2003; VILLAS-BOAS, 2001). Se escola e família empreendem essa missão em conjunto, o estudante, os professores e os pais ou responsáveis só tem a ganhar e, conseqüentemente, a comunidade como um todo, uma vez que todos nós sabemos da importância da educação no futuro do nosso país.

Historicamente, as famílias eram chamadas à escola somente quando havia problemas ou para receber informações, como meros espectadores (SOUSA; SARMENTO, 2010). Por outro lado, as famílias também não se envolviam com a escola e, às vezes, cobravam apenas os insucessos.

Com a crescente importância da escolarização, surgem novos problemas e desafios, e hoje não há mais dúvida da importância da interação positiva entre a escola e a família, que são “duas instituições mutuamente responsáveis pelo prosseguimento adequado do processo de escolarização e educação” (SOUSA; SARMENTO, 2009-2010, p. 147), além dos ganhos para o desenvolvimento dos estudantes como um todo.

Podemos pensar também em quem deve criar condições para a iniciativa de iniciar e fortalecer essa parceria: a família ou a escola? As famílias são entidades fundamentais na vida dos nossos estudantes, mas, dificilmente, conseguirão se organizar e, em conjunto, procurar a escola. Cabe aos agentes da escola organizar encontros individuais com os pais, reuniões temáticas, festas, teatro, visitas de estudo, entre outros (AVELINO, 2005; OLIVEIRA, MARINHO-ARAÚJO, 2010), facilitar que a associação de pais seja representativa da maioria ou de todos os pais, buscando sempre uma complementaridade e colaboração estreita entre a escola e a família. Em função dessas considerações é que preferimos o termo “relação escola-família”.

Se a escola e as famílias desenvolverem algumas estratégias em conjunto, o ensino-aprendizado ficará muito mais facilitado. Essas estratégias serão extremamente úteis se familiares e escola falarem bem um dos outros, incentivarem os estudantes a terem uma percepção positiva de si mesmos (contribuindo para uma autoestima elevada), promoverem no aluno a necessidade de se esforçar para superar suas dificuldades (horário de estudo, realização de tarefas), proporcionarem acesso a livros, revistas, gibis, ambientes culturais e literários da comunidade, tal como destacado por Sousa e Sarmiento (2009-2010). Assim, o trabalho dos professores ficará mais fácil e haverá uma perspectiva muito mais promissora por ajudar seus alunos a terem um bom desempenho acadêmico e contribuir para formar cidadãos responsáveis.

Lembre-se também de que há o atendimento em salas de recursos ou em classes regidas por professores especializados e que tais docentes auxiliam muito o processo educacional por estar em constante contato com as famílias dos alunos. Você não está sozinho, é a concepção da escola inclusiva, em que todos devem estar “conscientes das necessidades dos alunos nela matriculados” (ARANTES; NAMO, 2012, p. 138) e que deve respeitar a diversidade.

Esperamos com esse texto ter contribuído para um olhar cuidadoso a todos os tipos de família, que vêm enfrentando inúmeras dificuldades para se manter e realizar seus papéis parentais, além da necessidade premente de a escola se aliar às famílias dos estudantes.

## Referências

- AVELINO, O. Participação dos pais na vida da escola e no acompanhamento dos filhos: a importância da sintonia e da coerência *Seminário Escola, família e comunidade*. In: Conselho Nacional de Educação (Org.). Lisboa: CNE, 2005.
- ARANTES, D. R. B.; NAMO, D. Deficiência intelectual: realidade e ação. In: Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. *Deficiência intelectual: realidade e ação*. São Paulo: Secretaria da Educação, 2012.
- BOWLBY, J. *Apego, a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. v. 1.
- CANÁRIO, R. Escola/família/comunidade para uma sociedade educativa. In: Conselho Nacional de Educação (Org.). *Seminário Escola, família e comunidade*. Lisboa: CNE, 2009.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- DESSEN, M. A.; CERQUEIRA-SILVA, S. Família e crianças com deficiência: em busca de estratégias para a promoção do desenvolvimento familiar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ATENÇÃO E ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1, 2008 Curitiba. *Anais do I Simpósio Nacional de atenção e estimulação precoce*. Curitiba: , 2008. p. 39-57.
- GEORGAS, J. Families and family change. In: GEORGAS, J. *et al.* (Orgs) *Families across cultures*. Cambridge: University Press, 2006.
- HINES, P. M. O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n.1, p. 177-187, 2004.
- OLIVEIRA, C. B. E; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia*. (V. 27, N. 1) p. 99-108, 2010.
- OMOTE, S. Reações de mães de deficientes mentais ao reconhecimento da condição dos filhos afetados: um estudo psicológico. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1981.
- PETZOLD, M. The psychological definition of the family. In: CUSINATO, M. (Org.). *Research on family resources and needs across the world*. Milano-Italia: LEDEdizioni Universitarie, 1996, p. 25-44.



SILVA, P. Escola-família, uma relação armadilhada: interculturalidade e relações de poder. Porto: Edições Afrontamento, 2003

SOUSA, M. M.; SARMENTO, T. Escola-família-comunidade: uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, v. 17/18, 141-156, 2009-2010.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano XXII, n. 71, 2002, p. 9-25.

VILLAS-BOAS, A. *Escola e família*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus, 2001.

### Crédito das ilustrações

Figura 1 (p.2): Pais que comem o café da manhã com crianças.

© Wavebreakmedia Ltd | Dreamstime.com;

Figura 2 (p.3): Avó e neta em bicicletas ao ar livre.

© Monkey Business Images | Dreamstime.com;

Figura 3 (p.3): Recentemente um par alegre do wed em Wisconsin.

© Lindsay Douglas | Dreamstime.com;

Figura 4 (p.3): Grupo da família extensa que relaxa no parque junto.

© Monkey Business Images | Dreamstime.com;

Figura 5 (p.3): Funcionamento da família.

© Rmarmion | Dreamstime.com;

## Notas

### Nota 1

Neste tópico, falaremos sobre as famílias em que os genitores têm filhos(as) com deficiência ou um de seus membros adquirem uma deficiência. Lembramos, no entanto, que embora não seja o foco nesse momento, é preciso reconhecer que atualmente também encontramos famílias em que os genitores são as pessoas com deficiências e seus(as) filhos(as), não, o que era mais incomum há um tempo atrás.

[<voltar ao texto>](#)

### Nota 2

Esta parte do texto foi adaptada de: MELCHIORI, L. E.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PEREZ, M. C. A. Família e Escola, In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. P. R. R. (Orgs.). *Formação de Professores: práticas em educação inclusiva*, v. 2, p. 93-129, MEC, 2009).

[<voltar ao texto>](#)